A contrapartida justa

CORREIO BRAZILIENSE

Lúdio Martins Coelho

A rolagem da dívida dos estados e municípios é um fato consumado. Por ela busca-se um caminho que permita a governadores e prefeitos, limitados por problemas anteriores, ganharem fôlego e investirem no que consideram importante daqui para frente.

Eu sei muito bem o que significa isso. Por duas vezes cheguei à prefeitura de Campo Grande, trazendo comigo compromissos e esperanças da população, e encontrei uma situação financeira difícil. Mais contas a pagar do que recursos a receber.

Era um desafio que só podia ser enfrentado de uma maneira: com transparência e determinação. Era o caminho mais duro, mas o único a ser trilhado se de fato o objetivo fosse (como foi) traçar um futuro seguro para cada trabalhador, para cada empresário que acreditava no representante que elegeu.

Como eu, muitos outros administradores pelo País afora entenderam isso e se lançaram num esforço grande, exigindo sacrifícios de todos, cortando gastos, arrumando a casa com responsabilidade e conquistando a compreensão dos cidadãos.

Conseguimos sanear as finanças e aos poucos fomos retomando, com recursos próprios, os investimentos, procurando definir com clareza as prioridades. Não foi fácil para ninguém, mas valeu a pena.

Mas, e agora?

Não desejo entrar no mérito da renegociação das dívidas porque, já disse, sei muito bem o que é encontrar uma administração endividada e um povo carente de obras e progresso. É como entrar numa casa onde todos gastaram mais do que receberam. Todo mundo sofre.

O que eu quero trazer à reflexão é um outro lado do problema. Como ficam as populações que fizeram sacrifício, que entenderam a importância de ajustar débito e crédito? Qual vai ser o tratamento dispensado a quem não teve medo de enfrentar o **deficit** público e mostrou que pode vencê-lo?

Nada mais natural que haja uma contrapartida do Governo Federal, pois ela faria justiça, não somente a nós, que honramos nossos compromissos até agora, mas aos brasileiros todos que, no final, vão pagar a conta.

É o que esperamos. Mas não podemos esperar sentados.

Os estados e municípios endividados pressionaram de maneira organizada, uniram forças e foram à luta. Conseguiram o fôlego que pediam e agora podem andar com as próprias pernas.

Creio que chegou a nossa vez. Temos autoridade e temos legitimidade para desejar isso. Submetemos nossos cidadãos a sacrifícios e agora temos responsabilidades para com as esperanças que eles continuam depositando em nós.

A determinação dos que, mantendo o pé no chão, não se intimidaram diante das heranças amargas que receberam, serviu para combater as distorções e reconstruir nossas cidades e estados.

Temos agora que chamar a atenção das autoridades nacionais para isso. Fizemos a nossa parte e vamos continuar fazendo. Será mais correto se a partir de agora o reconhecimento vier sob a forma de apoio a nossos projetos. Poderemos transformá-lo em impulso real ao desenvolvimento, sem gerar inflação mediante o aumento do **deficit** público e sem fugirmos da linha de procedimento que até agora se mostrou mais correta.

Essa será a maneira certa de o Governo Federal responder ao esforço que fizemos, mostrando também respeito a uma parcela da população que fez sacrifícios sem perder a esperança no progresso.

■ **Lúdio Martins Coelho é prefeito de Campo Grande (Mato Grosso do Sul)**